



EDITAL Nº 138/2010-PRH

A PROFESSORA DOUTORA NEUSA ALTOÉ, PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, atendendo ao disposto no § 2º dos artigos 22 e 27 da Lei Estadual nº 15.050 de 12/04/2006 e nas Resoluções nºs 014/2008-CAD de 14/02/2008, 221/2008-CAD de 14/07/2008, 016/2008-COU de 03/11/2008, 126/2009-CAD de 14/05/2009, 143/2009-CAD de 09/07/2009, 279/2009-CAD de 26/10/2009, 037/2010-CAD de 25/02/2010 e considerando os protocolos nºs 7.490.453-0, 7.582.826-8, 7.661.979-4, 8.812.311-5, 10.181.880-2, torna público o presente Edital que estabelece as instruções para a realização de Processo Seletivo de Promoção para a Classe II, nos termos da Lei Estadual nº 15.050 de 12 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado na mesma data, para o quadro de servidores da Universidade Estadual de Maringá.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo de Promoção (PSP) será regido pelas regras estabelecidas neste Edital e conduzido sob a responsabilidade de uma comissão de seleção, especialmente designada para este fim, com o apoio logístico e técnico da Divisão de Recrutamento e Seleção (RES) da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários (PRH), que poderá solicitar a participação de outras unidades da instituição ou fora dela.

1.2 - O processo seletivo de que trata este Edital se constituirá de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, prova prática e prova de títulos, de caráter classificatório e posterior avaliação médica, de caráter eliminatório, conforme estabelecido neste Edital.

1.3 - Todos os atos pertinentes ao PSP de que trata este Edital serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e divulgados na internet, no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural da PRH, localizada na Avenida Colombo, 5790, bloco 104, no câmpus universitário em Maringá.

1.4 - É de inteira responsabilidade do servidor acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao PSP de que trata este Edital.

1.5 - Para se inscrever no PSP o servidor deverá atender aos requisitos e condições estabelecidas na Resolução nº 14/2008-CAD e nas normas deste Edital.

1.6 - A inscrição importará na aceitação tácita das normas deste Edital, no conhecimento dos requisitos exigidos e no compromisso de desenvolver as tarefas da função de destino.



2. DA FUNÇÃO, REQUISITOS, Nº DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, LOCAL DE ATUAÇÃO E TIPOS DE PROVA

Função: **TÉCNICO EM LABORATÓRIO**

Requisito mínimo:	• Ensino médio completo ou pós-médio ou profissionalizante na área.
Total de vaga(s):	01
Carga horária semanal:	40 horas
Classe - série de classe:	II - B ou II - C
Local de atuação:	PPG/DPS/CPE/COMCAP
Tipos de prova:	Objetiva e de títulos

Função: **TÉCNICO EM LABORATÓRIO (Fisiologia)**

Requisito mínimo:	• Ensino médio completo ou pós-médio ou profissionalizante na área.
Total de vaga(s):	01
Carga horária semanal:	40 horas
Classe - série de classe:	II - B ou II - C
Local de atuação:	DFS
Tipos de prova:	Objetiva, prática e de títulos

Função: **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (Marceneiro)**

Requisito mínimo:	• Ensino médio completo.
Total de vaga(s):	03
Carga horária semanal:	40 horas
Classe - série de classe:	II - C
Local de atuação:	DSI/PDI
Tipos de prova:	Objetiva, prática e de títulos



Função: **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (Serralheiro)**

Requisito mínimo:	• Ensino médio completo.
Total de vaga(s):	01
Carga horária semanal:	40 horas
Classe - série de classe:	II - C
Local de atuação:	DSI/PDI
Tipos de prova:	Objetiva, prática e de títulos

Função: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Requisito mínimo:	• Ensino pós-médio ou profissionalizante na área; • Registro no COREN
Total de vaga(s):	01
Carga horária semanal:	40 horas
Classe - série de classe:	II - B
Local de atuação:	DEE
Tipos de prova:	Objetiva e de títulos

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO DE PROMOÇÃO

3.1 - Para participar do PSP o servidor deverá possuir os seguintes requisitos, até o último dia de inscrição:

- I. Ser ocupante do cargo de Agente Universitário do quadro da UEM.
- II. Possuir, no mínimo, sete anos de efetivo exercício na carreira Técnica Universitária, criada pela Lei Estadual nº 11.713/1997 e alterada pela Lei Estadual nº 15.050/2006, não sendo computados para este fim os contratos por prazo determinado.
- III. Possuir os requisitos previstos no Perfil Profissiográfico da função.
- IV. Não ter sofrido sanção disciplinar com pena de suspensão nos últimos doze meses anteriores à data de inscrição.

3.2 - A comprovação dos requisitos descritos no item 3.1, incisos I, II e IV fica a cargo da PRH.

4. DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

4.1 - O Perfil Profissiográfico das funções componentes das Classes I, II e III do cargo único de Agente Universitário, da Carreira Técnica Universitária de que trata a Lei Estadual nº 15.050 de 12 de abril de 2006, foi publicado pela Resolução Conjunta nº 001/2007-SEAP/SETI, esta publicada no Diário Oficial do Estado nº 7395, de 23 de janeiro de 2007.



4.2 - Os servidores poderão tomar conhecimento das tarefas e competências pessoais que compõem as funções de **Técnico em Laboratório, Técnico de Manutenção e Técnico em Enfermagem**, por meio da publicação mencionada no item anterior, no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res.

5. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.1 - O período de inscrição será de **26 de abril a 04 de maio de 2010**, respeitado o horário de funcionamento de cada um dos locais de inscrição do Câmpus Sede e secretarias dos demais Câmpus.

5.2 - Para a inscrição o servidor deverá certificar-se de que atende aos requisitos estabelecidos para a função pretendida e somente deverá efetuar sua inscrição mediante concordância com as normas estabelecidas neste Edital.

5.3 - Estará disponível no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res a **Ficha de Inscrição** que o servidor deverá preencher, imprimir e assinar, bem como, instruir com a(s) seguintes fotocópia(s):

- **Técnico em Laboratório**: comprovante do ensino médio completo ou pós-médio ou profissionalizante na área.
- **Técnico em Laboratório (Fisiologia)**: comprovante do ensino médio completo ou pós-médio ou profissionalizante na área.
- **Técnico de Manutenção (Marceneiro)**: comprovante do ensino médio completo.
- **Técnico de Manutenção (Serralheiro)**: comprovante do ensino médio completo.
- **Técnico em Enfermagem**: comprovante do ensino pós-médio ou profissionalizante na área.

5.4 - Os comprovantes de escolaridade deverão ser expedidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.5 - Na hipótese da comprovação de escolaridade se der por curso de graduação este deverá ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

5.6 - A **Ficha de Inscrição** instruída com o comprovante deverá ser **protocolada** no Sistema de Gerenciamento de Documentos (SGD), no período de inscrição, em um dos locais abaixo, observado o horário de funcionamento de cada um deles:

- a) Protocolo Geral (PRO), Bloco A-01 (próximo à rotatória em frente ao Parque Ecológico da UEM), no Câmpus Universitário em Maringá-PR;
- b) Protocolo da Diretoria de Pessoal (DPE) da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários, Bloco 104, sala 14, Câmpus Universitário de Maringá-PR;
- c) Secretarias dos Câmpus Regionais de Cianorte (CRC), Cidade Gaúcha (CAR), Diamante do Norte (CRN), Goioerê (CRG) e Umuarama (CAU).

5.7 - O servidor que não protocolar a Ficha de Inscrição devidamente assinada e com o comprovante anexado nos locais e prazo estabelecidos, não fará parte do PSP.

5.8 - Não será aceito pedido de inscrição por via postal, via fax, via correio eletrônico (*e-mail*), condicional e fora do prazo.

5.9 - Em hipótese alguma será admitida juntada de documentos ou aditamentos após o encerramento do prazo de inscrições.



6. DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES

6.1 - A PRH divulgará o resultado da análise das inscrições, por meio de edital, no dia **12 de maio de 2010**.

6.2 - Caberá recurso face ao resultado das inscrições, desde que protocolado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de publicação do edital a que se refere o subitem 6.1.

7. DA PROVA OBJETIVA E DOS PROCEDIMENTOS PARA SUA REALIZAÇÃO

7.1 - Será aplicada prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes dos Anexos I a V deste Edital, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A, B, C, D, E).

7.2 - A prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. A nota do servidor será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Nº de acertos} \times \text{valor da questão} = \text{Nota do servidor}$$

7.3 - O servidor deverá obter, no mínimo, 50 pontos para ser considerado aprovado nesta etapa.

7.4 - O servidor que não atingir a pontuação mínima prevista no subitem anterior será excluído da seleção, ficando vedada a participação nas etapas seguintes do PSP.

7.5 - A prova objetiva será realizada no Câmpus Sede em Maringá, no dia **30 de maio de 2010**, no horário das 8h00min às 12h00min, em local a ser informado no edital de resultado das inscrições.

7.6 - Estará automaticamente excluído o servidor que não comparecer no local designado para a realização da prova na data e horário estabelecidos.

7.7 - Para a realização da prova o servidor deverá:

- a) portar, obrigatoriamente, documento original de identidade ou carteira funcional da UEM;
- b) assinar a lista de presença que será apresentada pelo aplicador de prova;
- c) estar munido de lápis, borracha e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

7.8 - São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por lei federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, as do CRM, OAB, CRA (as provisórias dentro do prazo de validade), a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação, com foto (dentro do prazo de validade), nos termos da Lei nº 9.503 art. 159, de 23/9/97.

7.9 - Para a realização da prova não serão aceitos: protocolo de documento de identidade, fotocópia de documento de identidade, mesmo que autenticada por cartório e boletim de ocorrência.



7.10 - Durante a realização da prova, os servidores não poderão comunicar-se com os demais servidores. Não será permitido o uso de calculadoras, consulta a livros, apostilas ou outro material de consulta. Qualquer questionamento deverá ser feito em voz alta. Os aplicadores de prova não poderão tirar qualquer dúvida sobre as questões da prova.

7.11 - Durante a realização da prova, bolsas e demais objetos pertencentes aos servidores, deverão ser colocados embaixo ou ao lado da carteira. Os aparelhos de telefone celular, de surdez, ou outros eletrônicos deverão ser desligados.

7.12 - Durante a realização da prova escrita o servidor que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar ao aplicador de prova.

7.13 - O servidor só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início da prova.

7.14 - A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas.

7.15 - Não serão consideradas questões não assinaladas ou assinaladas mais de uma vez ou a lápis ou com emenda ou rasura.

7.16 - O servidor não poderá levar consigo o caderno de provas. Este será disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res no dia 31 de maio de 2010, às 17h, e ficará disponível por 05 dias corridos.

7.17 - Os servidores que se inscreverem em mais de uma área deste PSP, deverão observar a data de realização da prova objetiva e optar por uma delas ficando vedada a realização da prova para mais de uma função.

8. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO

8.1 - No dia **31 de maio de 2010**, às 17h, o gabarito da prova objetiva será disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res. e no mural do bloco 104 do câmpus universitário.

8.2 - Caberá recurso contra o gabarito provisório conforme previsto no item 14 deste Edital.

9. DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA

9.1 - No dia **08 de junho de 2010**, às 17h, o resultado da prova objetiva será disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural do bloco 104 do câmpus universitário.

9.2 - Caberá recurso contra o resultado da prova objetiva na forma prevista do item 14 deste Edital.

10. DA PROVA PRÁTICA

10.1 - Será aplicada prova prática para as funções de **Técnico em Laboratório (Fisiologia)**, **Técnico de Manutenção (Marceneiro)** e **Técnico de Manutenção (Serralheiro)**, de caráter classificatório, somente aos servidores que obtiverem nota mínima igual ou superior a 50 pontos na prova objetiva.



10.2 - A prova prática terá o valor máximo de 100 (cem) pontos e será realizada na forma prevista no anexo pertinente à função, conforme anexos II, III e IV deste edital.

10.3 - No dia **11 de junho de 2010**, às 17h, o edital com a relação dos servidores convocados para a prova prática será disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural do bloco 104 do câmpus universitário.

10.4 - As provas práticas serão realizadas em datas a serem definidas no edital de convocação dos servidores, conforme subitem anterior.

10.5 - Estará automaticamente excluído o servidor que não comparecer para o sorteio da ordem, se houver, e no local designado para a realização da prova, na data e horários estabelecidos.

10.6 - Para realizar a prova prática o servidor deverá portar, obrigatoriamente, documento original de identidade ou carteira funcional da UEM.

10.7 - O resultado da prova prática será divulgado, em data a ser definida no edital de convocação para sua realização e estará disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural do bloco 104 do câmpus universitário.

10.8 - Caberá recurso contra o resultado da prova prática conforme previsto no item 14 deste edital.

11. DA PROVA DE TÍTULOS

11.1 - A prova de títulos, de caráter classificatório, terá o valor máximo de 100 (cem) pontos e será aplicada somente aos servidores aprovados na prova objetiva.

11.2 - Os títulos deverão ser entregues no horário das 7h40 às 11h30 e das 13h30 às 17h, exceto sábado e domingo, na Divisão de Recrutamento e Seleção, no bloco 104, sala 28 no câmpus Universitário, em Maringá, no período de **14 a 18 de junho de 2010**.

11.3 - Na hipótese de encaminhamento de títulos via malote, de outros câmpus, deverá ser observado o período estabelecido no item anterior.

11.4 - Os títulos deverão ser acondicionados em envelope fechado com indicação do nome, edital e função a que concorre o servidor.

11.5 - Na hipótese do comprovante de escolaridade utilizado para inscrição se enquadrar também como título para prova de títulos, deverá ser juntado nova cópia do comprovante para a prova de títulos.

11.6 - Para avaliação e pontuação dos títulos será utilizada a tabela constante do Anexo VI deste Edital.

11.7 - A pontuação final será o número inteiro com duas casas decimais obtido pelo somatório dos pontos de cada item da tabela descrita no subitem anterior.

11.8 - Em hipótese alguma será admitida juntada de títulos após o encerramento do prazo estabelecido no subitem 11.2 deste Edital.

11.9 - Não serão admitidos, sob qualquer hipótese, títulos encaminhados via fax ou correio eletrônico (e-mail).

11.10 - Somente serão avaliados, na prova de títulos, os comprovantes legíveis, que não apresentem rasuras e em perfeito estado de conservação.



11.11 - Terá pontuação zero na prova de títulos, o servidor que não entregar os comprovantes dos títulos na forma, no prazo e no local estipulados neste Edital, não cabendo qualquer recurso quanto à infringência deste item.

11.12 - Não serão considerados, na prova de títulos, aqueles títulos que se caracterizem como requisitos mínimos para ingresso na classe, série de classe e função, conforme previsto no Anexo II da Lei Estadual nº 15.050 de 12/04/2006 e no Perfil Profissiográfico da função.

11.13 - Não serão considerados como títulos para pontuação, declarações ou outros documentos referentes a participações em atividades inerentes à função de origem do servidor.

11.14 - Somente serão considerados os títulos e os respectivos limites máximos de pontos previstos no Anexo VI deste Edital.

11.15 - Os títulos apresentados que excederem o valor máximo previsto em cada subitem do Anexo VI deste Edital, não serão considerados para a pontuação do servidor.

11.16 - Os cursos de graduação apresentados para pontuação deverão ser reconhecidos pelo MEC.

11.17 - A comprovação do curso de graduação se dará por meio de fotocópia do diploma devidamente registrado. Na ausência do diploma deverá ser apresentado certificado ou declaração que comprove a colação de grau.

11.18 - Os comprovantes de pós-graduação, em nível de especialização, deverão estar de acordo com as normas estabelecidas pela legislação federal em vigor que trata dos cursos de especialização e constar, no mínimo, a área de conhecimento do curso, a carga horária do curso, a relação das disciplinas, nota ou conceito obtido pelo aluno, nome e titulação do corpo docente do curso.

11.19 - Os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e/ou doutorado deverão ser em programas credenciados pela CAPES.

11.20 - Para comprovação de conclusão de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado deverá ser apresentada fotocópia do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Na ausência do diploma será aceita fotocópia da ata de defesa ou declaração que comprove a obtenção do título.

11.21 - Os diplomas de graduação obtidos no exterior serão aceitos se revalidados no Brasil por universidades públicas, de acordo com o art. 48, § 2º da Lei nº 9.394 de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

11.22 - Os diplomas de mestrado e doutorado obtidos no exterior serão aceitos se reconhecidos por universidade brasileira, de acordo com o art. 48, § 3º da LDB.

11.23 - Os títulos obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública e juramentada.

11.24 - Não serão pontuados como experiência profissional, os documentos referentes a estágios, monitorias, bolsas de estudo e serviços voluntários.

11.25 - A experiência profissional para pontuação na prova de títulos, incluindo o tempo de serviço na UEM, quando for o caso, deverá ser assim comprovada:



- a) Mediante registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – cópia da página com foto, qualificação civil e da(s) página(s) com registro(s), quando necessário, acrescida de declaração do órgão ou empresa constando expressamente a área de atuação;
- b) mediante apresentação de declaração(ões) de pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, constando no mínimo, identificação do declarado; período em que trabalhou; cargo/área de atuação e quando for o caso, atividades desempenhadas e identificação do declarante. As declarações deverão ser emitidas, preferencialmente, em papel timbrado;
- c) mediante apresentação de certidão de tempo de serviço, com especificação da função/cargo/área de atuação, no caso de servidor público;
- d) mediante apresentação de contratos sociais de constituição de empresa ou alvará de licença do órgão oficial competente, no caso de profissionais liberais;
- e) por meio de portarias, resoluções, decretos e ordens de serviço conforme Anexo da Resolução nº 014/2008-CAD.

11.26 - O resultado da prova de títulos será divulgado no dia **25 de junho de 2010**, às 17h, no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural do bloco 104 do câmpus universitário.

11.27 - Caberá recurso contra o resultado da prova de títulos na forma e prazo previstos no item 14 deste edital.

12. DA CLASSIFICAÇÃO E PONTUAÇÃO FINAL

12.1 - A classificação final do PSP será disponibilizada no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res e no mural do bloco 104 do câmpus universitário, no dia **30 de junho de 2010**.

12.2 - Para efeito do cálculo da classificação e pontuação final as provas terão os pesos estabelecidos, conforme anexos I a V deste edital.

12.3 - A pontuação final será obtida por meio da média ponderada das notas parciais, considerando-se duas casas decimais.

12.4 - O Edital de divulgação da pontuação final do PSP consistirá de relação nominal em ordem decrescente de pontuação.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 - Ocorrendo empate na pontuação final, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- a) maior pontuação na prova objetiva;
- b) maior pontuação na prova prática, quando houver;
- c) maior pontuação na prova de títulos;
- d) maior tempo de efetivo exercício na carreira Técnica Universitária, criada pela Lei Estadual nº 11.713/1997 e alterada pela Lei Estadual nº 15.050/2006, não sendo computados para este fim os contratos por prazo determinado;
- e) mais idade.



14. DO DIREITO A RECURSO

14.1 - Será admitido recurso desde que interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis, subsequentes às datas de publicação dos editais respectivos, relativos a:

- a) indeferimento da inscrição;
- b) formulação e conteúdo de questões objetivas;
- c) gabarito provisório;
- d) resultado da prova objetiva;
- e) resultado da prova prática;
- f) resultado da prova de títulos;
- g) pontuação final;
- h) erro material verificado nas publicações dos resultados.

14.2 - Caberá a comissão de seleção do PSP, que poderá solicitar pareceres dos respectivos elaboradores, julgar os recursos previstos no subitem anterior.

14.3 - O recurso deverá ser interposto por meio de requerimento, pelo servidor ou por procurador legalmente habilitado, protocolado no Sistema de Gerenciamento de Documentos (SGD), com indicação do nome, edital e função a que concorre o servidor com a necessária justificativa e indicação da questão ou ponto que insatisfaz o reclamante, conforme subitem 14.1.

14.4 - Para protocolar o recurso no SDG, o servidor deverá, à sua escolha, dirigir-se ao Protocolo Geral (PRO), Protocolo da DPE ou ainda nas Secretarias dos Câmpus de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê e Umuarama, respeitando os prazos e horários de funcionamento de cada um dos locais.

14.5 - O resultado do julgamento do recurso será disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do encerramento do prazo previsto para interposição de recurso de cada etapa do PSP.

14.6 - Os recursos não fundamentados e os intempestivos não serão apreciados.

14.7 - Para verificação da tempestividade do recurso será considerada a data de publicação do edital respectivo na internet.

14.8 - Se do exame do(s) recurso(s) resultar anulação de questão, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os servidores que realizaram a prova, independente da formulação de recurso.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DE PROMOÇÃO

15.1 - O resultado final do PSP será publicado no dia **30 de maio de 2010**, no mural do bloco 104 do câmpus universitário e disponibilizado no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res.

15.2 - Decorridos os prazos e julgados os recursos, o Reitor homologará o resultado final do PSP.

15.3 - Serão considerados habilitados à promoção os servidores que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na etapa eliminatória e forem classificados até o número de vaga(s) prevista(s) neste Edital.



16. DA CONVOCAÇÃO E PROMOÇÃO

16.1 - A convocação do(s) servidor(es) aprovado(s) obedecerá rigorosamente a ordem classificatória e será feita até o limite de vaga(s) prevista(s) neste Edital.

16.2 - A convocação será feita por edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná e no endereço eletrônico www.drh.uem.br/res.

16.3 - O servidor convocado será encaminhado para providenciar exames laboratoriais necessários ao exercício da função de destino.

16.4 - A promoção do servidor ficará condicionada a avaliação médica, realizada pelo Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da UEM, que indique o servidor como apto para exercer as atribuições da função de destino.

16.5 - O SESMT considerará, para emissão do Atestado de Saúde Ocupacional, o resultado dos exames e da avaliação médica, bem como o resultado das avaliações periódicas que integram o prontuário médico e funcional do servidor.

16.6 - A promoção de servidor readaptado ou readequado por indicação médica, para função da mesma área ou área correlata àquela em que ocorreu a perda ou redução da capacidade laboral, ficará condicionada à emissão de novo Atestado de Saúde Ocupacional atestando a sua capacidade plena para o exercício da nova função.

16.7 - O servidor que não cumprir o estabelecido no edital de convocação para a promoção ou for considerado inapto na avaliação médica, não será promovido, sendo convocado para promoção o servidor classificado em posição imediatamente posterior, se houver.

16.8 - A promoção será efetivada por meio de portaria do reitor.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - O enquadramento decorrente da promoção será efetuado na classe e série de classe de destino, na referência de valor salarial imediatamente superior àquele de origem do servidor.

17.2 – Preenchida a vaga prevista neste Edital considerar-se-á encerrado o PSP aberto por este Edital.

17.3 - Os servidores aprovados além da vaga ofertada neste Edital e os não aprovados ou que tiverem suas inscrições indeferidas, poderão retirar as fotocópias dos documentos apresentados para inscrição até 30 (trinta) dias contados da data de promoção. Decorrido o prazo citado, os documentos serão reciclados.

17.4 - Os Anexos I a VI são partes integrantes deste Edital.

17.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.

Maringá, 16 de abril de 2010.

Profa. Dra. Neusa Altoé,
Pró-Reitora.



ANEXO I DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

FUNÇÃO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

TIPOS DE PROVAS

- I. prova objetiva – peso 3 (três);
- II. prova de títulos – peso 1 (um).

Todas as provas serão avaliadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1 - PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
Conhecimento específico da função	40	2,50 x 40 = 100
Total	40	100

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA

- 2.1 - Normas de segurança em laboratório;
- 2.2 - Normas higiênicas e boas práticas de laboratório;
- 2.3 - Instrumentos de laboratórios: instrumentos volumétricos e não volumétricos, características e utilização;
- 2.4 - Técnicas de pesagem e utilização de balanças semianalíticas e analíticas;
- 2.5 - Manuseio e cuidados com reagentes químicos: acidentes com produtos químicos e prevenção contra incêndios (extintores);
- 2.6 - Noções de estequiometria;
- 2.7 - Soluções: unidades de concentração (mol/L, porcentagem em massa, porcentagem em volume), cálculos para o preparo de solução, diluição de solução. Soluções padrão;
- 2.8 - Soluções e técnicas para a lavagem de vidrarias;
- 2.9 - Água e suas características: água tratada, destilada e deionizada;
- 2.10 - Funções químicas: conceitos e nomenclatura;
- 2.11 - Propriedades físicas das espécies químicas;
- 2.12 - Noções dos métodos físicos de separação de substâncias;
- 2.13 - Noções básicas de informática: preparo de planilhas de dados.



REFERÊNCIAS

- CHRISPINO, A. Manual de química experimental, São Paulo (SP), Ática, 2ª Edição, 1994.
- MORAES, R., RAMOS, M.G., Experiências e projetos de química, São Paulo (SP) Saraiva, 1976.
- PERUZZO, F.M, Química na abordagem do cotidiano, São Paulo (SP), Moderna, vol. 1,2 e3, 1998
- SARDELLA, A., Química, Série Novo Ensino Médio, São Paulo (SP), Ática, vol único, 2000.
- SILVA, R.S., BOCCHI, N., ROCHA, R.C., FILHO, Introdução à química experimental, São Paulo (SP) McGrawHill, 1990.
- SOUZA, M.H.S., SPINELLI, W. Guia prático para cursos de laboratório, São Paulo 9SP), Scipione, 1997.
- TRINDADE, D.F. et al., Química básica experimental, São Paulo (SP), Ícone, 1986.



ANEXO II DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

FUNÇÃO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO (Fisiologia)

TIPOS DE PROVAS

- I. prova objetiva – peso 3 (três);
- II. prova prática – peso 1 (um);
- III. prova de títulos – peso 1 (um).

Todas as provas serão avaliadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1 - PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
Conhecimento específico da função	40	2,50 x 40 = 100
Total	40	100

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA

2.1 - Técnicas de manejo de biotério: Da utilização de animais de laboratório (conceito e definições; origem das espécies convencionais de laboratório; padrão sanitário dos animais de laboratório); Ética no manejo e bem-estar dos animais; Instalações e Equipamentos de Biotério; Rotinas e Procedimentos Operacionais; Higiene, Desinfecção e Esterilização; Comportamento, Contensão e Sexagem das espécies convencionais de laboratório; Identificação e Registro dos animais; Nutrição (Rações para animais de laboratório; Apresentação das rações comerciais; Condições de armazenamento); Saúde das espécies convencionais de laboratório (Avaliações do estado de saúde; Correlação entre as condições normais de saúde e as causas de distúrbios no organismo; Principais causas e sintomas dos distúrbios da saúde); Técnicas anestésicas em animais de laboratório; Métodos de Eutanásia de animais de laboratório; Cuidados e Adequação no transporte dos animais de laboratório; Segurança e higiene do trabalho;

2.2 - Técnicas químicas empregadas em laboratório biológico: principais definições, cálculos e procedimentos em laboratório de fisiologia para a preparação de reativos, principais instrumentos e recipientes, incluindo os seguintes assuntos:

- unidades de medida: definições; sistema internacional de unidades (S.I); densidade; massa molecular; mol; soluções; conceitos de ácido e base; conceitos de misturas: homogêneas, heterogêneas; termoquímica: reações químicas, energia e produção de calor; cinética química: fatores que interferem na velocidade de reação; soluções eletrolíticas e suas propriedades; concentração molar; molaridade; porcentagem; noções sobre pH; solução tampão; titulação ácido-base; normalidade; equivalente-grama; principais recipientes de vidro empregados em laboratório; limpeza de aparelhagem de vidro; medições.



3 - PROVA PRÁTICA

A prova prática de conhecimento da função de técnico em laboratório de fisiologia humana e animal será elaborada de acordo com o programa estabelecido no item 2 deste anexo.

REFERÊNCIAS

DE LUCA, R.R. et al. Manual para técnicos em bioterismo. 2ª edição, São Paulo: Winner Graph, 1996.

* Serão avaliados apenas os assuntos constantes nas páginas: 3 a 184 e 239 a 256.

Livros de química, físico-química ou de prática de laboratório que contenham os assuntos a serem abordados no PSP.

Observação: durante o período de realização do PSP, o manual para técnicos de biotério ficará à disposição para fotocópias na reprografia da Biblioteca Central da UEM (BCE).



ANEXO III DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

FUNÇÃO: TÉCNICO EM MANUTENÇÃO(Marceneiro)

TIPOS DE PROVAS

- I. prova objetiva – peso 3 (três);
- II. prova prática – peso 1 (um);
- III. prova de títulos – peso 1 (um).

Todas as provas serão avaliadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1 - PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
Conhecimento específico da função	40	2,50 x 40 = 100
Total	40	100

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA

2.1 - Manuseio, regulagem e segurança no trabalho em máquinas de beneficiar madeira e compensados em geral e,

2.2 - Execução de peças diversas de marcenaria.

3 - PROVA PRÁTICA

A prova prática de conhecimento da função de técnico em manutenção (marceneiro) consistirá na execução de peças diversas de marcenaria conforme estabelecido no item 2.2 deste anexo.

REFERÊNCIAS

Máquinas para Beneficiar Madeira / SENAI – PR – Curitiba.

Curso de Marceneiro – Informação Tecnológica / SENAI – PR – Maringá.

Carpinteiro de Fôrmas – SENAI.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS.



ANEXO IV DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

FUNÇÃO: TÉCNICO EM MANUTENÇÃO(Serralheiro)

TIPOS DE PROVAS

- I. prova objetiva – peso 3 (três);
- II. prova prática – peso 1 (um);
- III. prova de títulos – peso 1 (um).

Todas as provas serão avaliadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1 - PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
Conhecimento específico da função	40	2,50 x 40 = 100
Total	40	100

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA

- 2.1 - Manuseio, regulagem, conservação e segurança no trabalho em máquinas de solda, policorte, esmerilhadeira, guilhotina, furadeira de bancada e manual entre outras;
- 2.2 - Execução de peças diversas de serralheria usando perfil e chapa em ferro;
- 2.3 - Conhecimento de desenho em planta e perspectiva;
- 2.4 - Noção de matemática e português básicos.

3 - PROVA PRÁTICA

A prova prática de conhecimento da função de técnico em manutenção (serralheiro) consistirá na execução de peças diversas de serralheria usando perfil e chapa em ferro, conforme estabelecido no item 2.2 deste anexo.

REFERÊNCIAS

Apostilas e livros para formação técnica profissional na função.



ANEXO V DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

TIPOS DE PROVAS

- I. prova objetiva – peso 3 (três);
- II. prova de títulos – peso 1 (um).

Todas as provas serão avaliadas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

1 - PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO
Conhecimento específico da função	40	2,50 x 40 = 100
Total	40	100

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA OBJETIVA

- a) Pesquisa em enfermagem.
- b) Bioética e Lei do Exercício Profissional 7.498/86.
- c) Educação para a saúde.
- d) Organização do processo de trabalho em enfermagem.
- e) Assistência de enfermagem em saúde coletiva.
- f) Assistência de enfermagem em saúde mental.
- g) Assistência de enfermagem em tratamento cirúrgico.
- h) Assistência de enfermagem na área materno infantil.
- i) Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência.
- j) Assistência de enfermagem a pacientes em estado grave.
- k) Tratamento clínico e apoio diagnóstico.
- l) Farmacologia e cálculos.

3 - REFERÊNCIAS

BALAN, M.A.J. *Guia terapêutico para tratamento de feridas*. São Caetano do Sul: Editora Difusão, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria 2616. Diário Oficial, 12 maio 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Normas técnicas. 2 ed. Brasília, 2005.



BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRUNNER, L. S. e SUDDARTH, D. S. *Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Conselho Federal de Enfermagem, 1993.

LEI Nº 7.498/86 – Regulamentação do Exercício de Enfermagem. DOU de 26/06/1986.

WONG, Donna L. *Enfermagem Pediátrica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

DUGAS, B. W. *Enfermagem prática*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1998. In: SILVA, M. D. A.; RODRIGUES, A. L.; CEZARETI, I. U. R. *Enfermagem na unidade de centro cirúrgico*. 2 ed. São Paulo: EPU, 1997.

FORTE, Júlia Ikeda. *Enfermagem em emergências*. São Paulo: EPU, 1996.

KURGART, P. *Administração em Enfermagem*. São Paulo: EPU, 1991.

MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde *Protocolos de atenção básica*. Maringá, 2004.

MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. *Protocolos de técnicas básicas de enfermagem*. Maringá, 2004.

MEEKER, M. H. ROTHROCK, J.C. *Cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

NETTINA, S. M. *Prática de Enfermagem*, 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

POTTER, P. A.; PERRI, A. G. *Enfermagem Prática*, 2. reimpressão. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2002.

REZENDE, J.; MONTENEGRO, C. A. B. *Obstetrícia fundamental*. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

SCHMITZ, M.E. et al. *A enfermagem em pediatria e puericultura*. São Paulo: Atheneu, 1995.

SILVA, M. A. et al. *Enfermagem na unidade centro cirúrgico*. São Paulo: EPU, 1997.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO (SOBECC) *Recuperação pós-anestésica e centro de material e esterilização. Práticas recomendadas*. SOBECC. 2 ed, 2007.

TAMEZ, R. N.; SILVA, J. P. *Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.



ANEXO VI DO EDITAL Nº 138/2010-PRH

**Tabela conforme Resolução nº 014/2008-CAD
(com alteração dada pela Resolução nº 016/2008-COU)**

ITEM	TÍTULOS	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	PONTOS		LIMITE
			C-I*	C-II**	
1	Escolaridade: - Profissionalizante ou pós-médio (reconhecido pelo MEC) em áreas diferentes do objeto do PSP.	Diplomas, Histórico Escolar certidão de conclusão e/ou certificados, bem como outros previstos em Edital	02	05	50
	- Profissionalizante ou pós-médio (reconhecido pelo MEC) na área do objeto do PSP.		05	10	
	- Tecnólogo, seqüencial ou outra modalidade de curso de ensino superior com duração menor do que quatro anos - em áreas diferentes do objeto do PSP.		03	06	
	- Tecnólogo, seqüencial ou outra modalidade de curso de ensino superior com duração menor do que quatro anos - na área objeto do PSP.		12	12	
	Graduação.		12	12	
	- Especialização - em áreas diferentes do objeto do PSP.		10	10	
	- Especialização - na área objeto do PSP.		20	20	
	- Mestrado - em áreas diferentes do objeto do PSP.		15	15	
	- Mestrado - na área objeto do PSP.		30	30	
	- Doutorado - em áreas diferentes objeto do PSP.		25	25	
- Doutorado - na área objeto do PSP.	50	50			



ITEM	TÍTULOS	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	PONTOS		LIMITE
			C-I*	C-II**	
2	Outros cursos de aperfeiçoamento na área de atuação ou formação: - cursos:	Certificados, portarias e/ou resoluções (com comprovação de carga horária e programa)			20
	- ministrante (a cada 80h).		06		
	- participante (a cada 80h).		02		
	- ministrante (a cada 40h).			06	
	- participante (a cada 40h).			02	
	- projetos de pesquisa-extensão (cadastrado na IEES):				
	- colaborador.		03	03	
	- coordenador.		06	06	
ITEM	TÍTULOS	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	PONTOS		LIMITE
3	Experiência profissional e tempo de serviço (contados cumulativamente desde que em vínculos distintos):	Portarias, Resoluções, Decretos, Ordem de Serviço, Carteira de Trabalho e Previdência Social e outros.			25
	- experiência profissional na área de atuação ou formação objeto do PSP (1 ponto a cada ano).		01		
	- Tempo de serviço no Estado do Paraná (1 ponto a cada ano).		01		
	- Comissões / programas / grupos de trabalho institucionais***.		0,5		
	- Cargos de direção, chefia, assessoramento e demais ocupantes de função gratificada (0,5 ponto a cada ano).		0,5		



ITEM	TÍTULOS	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	PONTOS		LIMITE
			C-I*	C-II**	
4	Avaliação de Desempenho	Será considerado para pontuação a nota da última avaliação anual desde que seja positiva – entende-se por positiva a nota igual ou superior à média estabelecida na regulamentação da avaliação de desempenho			05
	TOTAL DE PONTOS				100

C-I = Classe I

C-II = Classe II

*** Excluídas as participações em comissões permanentes do próprio setor de trabalho e as remuneradas.